



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Anexo às demonstrações financeiras

Nota introdutória

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP). Apresentam-se as notas às demonstrações financeiras, para efeitos do previsto na alínea e) do parágrafo 14 da NCP1 e preparadas nos termos do anexo à NCP 1 – “Modelo de notas explicativas (anexo) às demonstrações financeiras”

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

DESIGNAÇÃO – Município de Vinhais

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL – 501156003

ENDEREÇO POSTAL – Paços do Concelho

Rua das Freiras, nº 13

5320-326 Vinhais

REGIME FINANCEIRO: Lei 73/2013 de 3 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto

REGIME JURIDICO: Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro

PERÍODO DE RELATO: de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

REFERENCIAL CONTABILISTICO:

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e depósitos:

DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS					
Conta	Designação	Débito	Crédito	Saldo Devedor	Saldo Credor
11	Caixa	19 369 256,88 €	19 368 863,12 €	393,76 €	
12	Depósitos à ordem	28 369 927,36 €	23 554 653,75 €	4 815 273,61 €	
12.1	Depósitos no Tesouro				
12.2	Depósitos bancários	28 369 927,36 €	23 554 653,75 €	4 815 273,61 €	
13.1	Depósitos a prazo				
13.2	Depósitos consignados				
13.3	Depósitos de garantias e	1 195 833,12 €	633 721,52 €	562 111,60 €	
	TOTAL	48 935 017,36 €	43 557 238,39 €	5 377 778,97 €	

2.1 - Base de Mensuração:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Município, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro e, de um modo geral, utilizando o custo histórico como base de mensuração. As demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

2.1.1 - Outras Políticas contabilísticas relevantes:

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

Importar referir ainda que o Município no decorrer do ano de 2025, lançou um procedimento de contratação pública para a aquisição de serviços para a elaboração de um modelo de gestão de valorização referente aos bens de domínio público anteriores a 2002, encontrando-se o mesmo em fase de execução.

Ativos intangíveis:

São inicialmente reconhecidos ao custo, o qual, no caso de aquisições separadas, compreende o preço de compra adicionado de quaisquer custos atribuíveis à preparação do ativo para o uso pretendido. Após o reconhecimento inicial, são mensurados com base no modelo de custo, o qual corresponde ao custo inicial deduzido de depreciações (no caso de ativos intangíveis com vida útil finita) e perdas de imparidade acumuladas.

Depreciações e amortizações:

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, numa base de duodécimos, de acordo com as respetivas estimativas de vida útil.

Inventários:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, são mensuradas ao custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Regime do acréscimo:

Os gastos e os rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes

recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”

2.1.2 - Alteração das estimativas contabilísticas com efeito no período corrente:

De acordo com a NCP2 os efeitos das alterações em estimativas são reconhecidos, conforme as circunstâncias no período corrente e nos períodos futuros afetados por tais alterações.

Nota 3 – Ativos intangíveis

Durante o ano de 2025, a quantia escriturada dos ativos intangíveis foi a seguinte:

AI - ATIVOS INTANGÍVEIS											
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
	Ativos Intangíveis	10 460,74 €	6 382,33 €							-7 800,04 €	9 043,03 €
AI1	Ativos intangíveis de domínio público,										
AI2	Goodwill										
AI3	Projetos de desenvolvimento										
AI4	Programas de computador e sistemas de	10 460,74 €	6 382,33 €							-7 800,04 €	9 043,03 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual										
AI6	Outros										
AI7	Ativos intangíveis em curso										
	TOTAL	10 460,74 €	6 382,33 €							-7 800,04 €	9 043,03 €

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente:

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão. Não existindo qualquer pagamento, existindo apenas recebimentos.

Acordos de concessão de serviços			
Período	2025-01-01 - 2054-12-31		
Acordos de concessão de serviço		Concessionário	Ativo de concessão
Exploração da concessão de eletricidade em baixa tensão		Edp Distribuição de Energia S.A.	Informação não disponível
			Período de concessão
			20 anos

Nota 5 – Ativo fixos tangíveis

De acordo com a divulgação na nota 2.2, os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzidos das correspondentes depreciações e perdas por imparidades acumuladas. As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes e regime de duodécimos com base nas vidas úteis.

Apresenta-se de seguida o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis:

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS										
Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico	18 448 782,18 €	10 500,00 €	2 245 403,09 €				-2 611 137,62 €			18 093 547,65 €
Terrenos e recursos naturais	813 711,36 €	10 000,00 €								823 711,36 €
Edifícios e outras construções	1 423 947,61 €		228 942,29 €				-59 645,42 €			1 593 244,48 €
Infraestruturas	16 199 766,97 €		2 016 460,80 €				-2 551 492,20 €			15 664 735,57 €
Património histórico, artístico e cultural	11 356,24 €	500,00 €								11 856,24 €
Outros										
Bens de domínio público em curso										
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis	20 480 744,72 €	5 525 112,53 €	-2 245 403,09 €				-710 295,74 €			23 050 158,42 €
Terrenos e recursos naturais	965 711,29 €									965 711,29 €
Edifícios e outras construções	15 041 241,84 €	36 000,00 €	703 983,88 €				-383 890,12 €			15 397 335,60 €
Equipamento básico	306 119,64 €	151 035,51 €					-78 044,58 €			379 110,57 €
Equipamento de transporte	503 726,87 €	533 611,51 €					-140 702,23 €			736 636,15 €
Equipamento administrativo	113 304,40 €	38 198,67 €					-49 987,49 €			101 515,58 €
Equipamentos biológicos										
Outros	182 591,97 €	46 557,66 €					-57 671,32 €			171 478,31 €
Ativos fixos tangíveis em curso	3 368 048,71 €	4 859 709,18 €	-2 949 386,97 €							5 278 370,92 €
TOTAL	38 929 526,90 €	5 535 612,53 €					-3 321 433,36 €			41 143 706,07 €

Nota 6 – Locações:

O Município de Vinhais não detém qualquer contrato de locação financeira.

Nota 7 – Custo de financiamentos obtidos:

Apresenta-se de seguida o movimento ocorrido na rubrica financiamentos obtidos:

MAPA DE EMPRÉSTIMOS																	
Caracterização do Empréstimo	Data aprovação pela A.M.	Data de contratação	Prazo Amortiz.	Anos dec.	Visto do T.C.			Capital		Taxa de		Encargos do Período			Encargos ano vencidos e não pagos	Dívida no início do período	Dívida no final do período
					N.º regist.	Data	Final.	Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total			
CREDITO AGRICOLA	26/02/2016	12/05/2016	12	8	1575/20	10/09/2016	INV.	2 359 475,00 €	2 086 698,60 €	1,12		203 366,64 €	39 994,37 €	243 361,01 €		986 215,55 €	782 848,91 €
TOTAL								2 359 475,00 €	2 086 698,60 €			203 366,64 €	39 994,37 €	243 361,01 €	0,00 €	986 215,55 €	782 848,91 €

Nota 8 – Propriedades de investimento:

O Município de Vinhais não detém propriedades de investimento.

Nota 9 – Imparidade de ativos:

O valor global das dívidas de cobrança duvidosa em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço é de 120.426,27 euros, que dizem respeito a receitas provenientes de cobrança de água (conta 21.5).

Clientes, contribuintes, utentes de cobrança duvidosa	
Conta	Valor
21.5 - Clientes, contribuintes, utentes de cobrança duvidosa	120 426,27 €
21.5.1.1 - Cobranças em atraso	2 905,63 €
21.5.1.2 - Cobranças em litígio	117 520,64 €

Sendo o SNC-AP omissivo neste ponto, procedeu-se conforme a nota explicativa do POCAL ou seja:

Para o valor das dívidas em mora há mais de 12 meses, excluindo dívidas do Sector Público, foi reconhecida imparidade no montante correspondente a 100% da dívida, e para o valor das dívidas em mora há mais de 6 meses foi reconhecida imparidade correspondente a 50% do valor da dívida.

O mapa a seguir reflete os movimentos ocorridos no exercício de 2025:

Perdas por imparidade acumuladas				
Designação	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Perdas por imparidade acumuladas	74 417,47 €	13 207,90 €	1 815,37 €	85 810,00 €

Nota 10 – Inventários:

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado, evidencia-se o movimento de inventários no quadro seguinte:

INVENTARIOS									
Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-
Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	95 034,93 €	147 153,57 €	144 685,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	97 502,57 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	95 034,93 €	147 153,57 €	144 685,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	97 502,57 €

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação:

O objetivo da presente nota é prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação. O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Apresenta-se no quadro seguinte o detalhe destes rendimentos:

RENDIMENTOS COM CONTRAPRESTAÇÃO					
Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido em		Rendimento do período reconhecido		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
(1)	(2)		(3)		
Taxas Multas outras Penalidades	95 231,37 €				
Taxas Especificas das Autarquias Locais	95 231,37 €				
Loteamentos e obras	1 818,00 €				
Ocupação da via pública	1 901,00 €		1 975,00 €	2 315,00 €	
Animais	600,00 €				
Caça e pesca	13 908,00 €				
Saneamento	60 492,14 €				
Taxa municipal de direitos de passagem	1 866,08 €				
Outras	14 646,15 €				
Venda	1 840,33 €				
Outras mercadorias	1 402,61 €				
Outros produtos	437,72 €				
Prestações Serviços Concessões	612 164,87 €				
Serviços Especificos das Autarquias Locais	612 164,87 €				
Saneamento	3 116,04 €		17 260,08 €	18 867,53 €	
Resíduos Sólidos	117 648,40 €		34 958,82 €	39 390,20 €	
Trabalhos por Conta de Particulares	6 211,12 €				
Cemitérios	625,27 €				
Mercados e Feiras	12 405,25 €		2 801,50 €	1 834,50 €	
Senhas de refeições escolares	26 923,35 €				
Atividades tempos livre, jardins de infância e	1 778,25 €				
Habitação Social	31 052,41 €		4 159,55 €	3 940,57 €	
Serviços Culturais	1 298,93 €				
Venda agua	179 649,02 €		60 040,00 €	68 792,95 €	
Alimentação e alojamento	6 367,14 €				
Piscinas	30 941,58 €				
Outros	166,50 €				
Taxa Disponibilidade	183 480,36 €		34 478,85 €	37 062,23 €	
Feira do Fumeiro	9 501,25 €				
Feira da Castanha	1 000,00 €				
Alienações	6 072,02 €				
Rendas de Propriedade de Investimento	509 407,20 €				
Rendas de Concessão EDP	456 890,20 €				
Edifícios e Outras Construções	52 517,00 €		5 842,00 €	6 610,87 €	
Juros Dividendos e Outros	1 159,33 €				
Piscinas					
TOTAL	1 225 875,12 €		161 515,80 €	178 813,85 €	

Nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação:

A presente nota trata do rendimento proveniente de transações sem contraprestação, com exceção daquelas que originem uma concentração de entidades.

Apresenta-se no quadro seguinte o detalhe destes rendimentos:

RENDIMENTOS SEM CONTRAPRESTAÇÃO					
Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em		Rendimento do período reconhecido em		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
(1)	(2)		(3)		
Impostos Diretos	705 807,70 €				
Imposto municipal sobre imóveis	523 733,45 €				
Imposto único de circulação	182 074,25 €				
Impostos Indiretos	123 263,85 €				
Ocupação da Via Pública	9,16 €				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de	123 254,69 €				
Taxas	14 022,81 €				
Multas e Outras Penalidades	14 022,81 €				
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	13 310 517,38 €				
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	9 371 034,00 €				
Fundo Social Municipal (FSM)	128 490,00 €				
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	1 376 967,00 €				
Participação do IVA	34 093,00 €				
Outras	172 615,97 €				
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	2 110 583,00 €				
Outras	102 539,91 €				
Comissão de Proteção de crianças e jovens em perigo	11 849,52 €				
Fundo Social Europeu					
Outras entidades	2 344,98 €				
Reversões	1 815,37 €				
De Perdas Por Imparidades Em Contas a Receber	1 815,37 €				
Correções Relativas a Períodos Anteriores	36 989,89 €				
Imputação de Subsídios e Transferências Para	714 081,49 €				
Restituição de Impostos					
Outros Não Especificados	38,44 €				
TOTAL	14 906 536,93 €				

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

Não existem contingências que requeiram reconhecimento de provisão ou de divulgação.

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato:

Guerra na Ucrânia:

O prolongar da guerra na Ucrânia e dada a incerteza da evolução deste acontecimento relativamente à duração e ao impacto na economia global, o Município de Vinhais não consegue estimar na presente data, quais as eventuais consequências na sua atividade.

Conflito no Médio Oriente:

A evolução do conflito nos países do Médio Oriente, bem como a intervenção dos Estados Unidos da América no mesmo, traduz-se num clima de grande instabilidade, o que gera um enorme impacto na economia global, visto esta região ser responsável por uma parte significativa da produção mundial de petróleo e qualquer instabilidade pode interromper o fornecimento, levando a um aumento repentino nos preços.

Posto isto, o Município de Vinhais não consegue estimar na presente data, quais os eventuais impactos na sua atividade.

Nota 20 – Divulgação de partes relacionadas:

Evidencia-se no quadro seguinte as participações do Município:

Entidades Participadas						
Período de relato: 01-01-2025 a 31-12-2025						Valores em €
Entidades / Fundos			Participação no final do exercício			
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/2025
Proruris	Empresa Municipal	507 643 720	50 000,00	2008.03.07	100,00%	50 000,00
Carnes de Vinhais	Empresa Municipal	504 168 363	50 000,00	2015.12.29	100,00%	50 000,00
Fundo de Apoio Municipal	Fundo	513 319 182	434 223,00	2014.09.26	0.10%	434 223,00
Águas do Norte	Águas	513 606 084	148 861,48	2008.01.01	0.53%	148 861,48

Nota 23 – Outras divulgações:

Garantias Bancárias:

O Município de Vinhais prestou no ano de 2008 uma garantia bancária, junto da instituição bancária Caixa Geral de Depósitos, a favor do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, no valor de € 65 440,10, para garantir o pagamento solicitado pelo IGFSE, referente a um pedido de financiamento inserido no programa poefds 05/03, aguardando-se decisão do processo por parte do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela. O referido pagamento, tem plano aprovado, o qual está a ser cumprido, trimestralmente. Para além da garantia acima mencionada, foram prestadas junto da instituição bancária Caixa Geral de Depósitos, as seguintes garantias:

Garantias Bancárias					
Período de 2025/01/01 a 2025/12/31					Valores em €
Produto	Data Início	Data Fim	N.º Garantia	Tipo garantia	Garantia
MLP Bonif. Sect Publ.	01/06/1995		PT0035901500504659080002	Cons Rec - Mun	495 066,77 €
MLP Bonif. Sect Publ.	28/08/2001		PT0035901500504659080002	Cons Rec - Mun	99 759,58 €

Nota final:

As notas 11, 12, 16, 18, 19, 21 e 22, encontram-se ausentes deste anexo, por não serem aplicáveis ao Município de Vinhais.